



Reforma agrária e perspectivas para o desenvolvimento rural: o caso do PA Pirangi no município de Morros-MA¹

Jadson Pessoa

Prof. do Depto de Economia - UFMA e Doutor em Economia – UFPA
E-mail: jadson.pessoa@ufma.br

Cesar Augustus Labre Lemos de Freitas

Prof. do Depto de Economia - UFMA e Doutor em Geografia – UFG
E-mail: labre.cesar@ufma.br

Celeste Costa Pinheiro

Graduanda em Ciências Econômicas – UFMA
E-mail: celeste.pinheiro@discente.ufma.br

Darlison Raycar Ribeiro de Sales

Graduanda em Ciências Econômicas – UFMA
E-mail: darlison.ribeiro@discente.ufma.br

Antônio Wilson Vieira Bonfim

Engenheiro Agrônomo Incra e Mestre em Agricultura Orgânica – UFRRJ
E-mail: wilsonbonfim07@gmail.com

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar a dinâmica socioeconômica do Projeto de Assentamento (PA) Pirangi, localizado em Morros - MA, verificando como essa dinâmica influencia as condições de renda e produção nos assentamentos de reforma agrária, bem como sua inserção no território. Utilizou-se uma abordagem empírica, coletando dados por meio de visitas de campo e informações do Incra, complementadas por revisão bibliográfica. Os resultados revelam que a posse da terra no PA Pirangi favorece um ambiente mais estável para a produção agrícola, impulsionando o desenvolvimento local e regional, contribuindo para a diversificação da produção e a segurança alimentar das famílias assentadas. No entanto, a heterogeneidade socioeconômica dos assentamentos é influenciada por fatores como acesso a crédito agrícola, assistência técnica e infraestrutura. Dessa forma, a

¹ Este artigo é resultado de visitas realizadas no PA Rio Pirangi no município de Morros - MA no âmbito do desenvolvimento do Projeto de extensão: apoio à elaboração, implantação e gestão de agroindústrias: geração de emprego e renda em Áreas de Reforma Agrária nas regiões Norte e Nordeste, projeto este do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) que serve como referência ao Termo de Execução Descentralizada (TED) Incra-Sede e UFMA conforme Plano de Trabalho TED N. 53/2022/DD/SEDE/INCRA-INCRA.

compreensão dessas dinâmicas específicas pode subsidiar políticas públicas voltadas para a promoção de um desenvolvimento rural sustentável e inclusivo, visando melhorar as condições de vida das comunidades rurais no contexto da reforma agrária.

Palavras-chaves: Assentamentos de reforma agrária, Desenvolvimento produtivo em assentamentos, geração de emprego e renda.

Abstract: *This study aims to analyze the socioeconomic dynamics of the Pirangi Settlement Project (PA) located in Morros - MA, examining how these dynamic influences income and production conditions in agrarian reform settlements, as well as its territorial integration. An empirical approach was employed, collecting data through field visits and information from the Incra, complemented by literature review. The results reveal that land ownership in the Pirangi PA fosters a more stable environment for agricultural production, driving local and regional development, contributing to production diversification, and ensuring food security for settled families. However, the socioeconomic heterogeneity of the settlements is influenced by factors such as access to agricultural credit, technical assistance, and infrastructure. Thus, understanding these specific dynamics can inform public policies aimed at promoting sustainable and inclusive rural development, with the goal of improving the living conditions of rural communities within the context of agrarian reform.*

Keywords: *Agrarian reform settlements, Productive development in settlements, generation of employment and income.*

1. INTRODUÇÃO

A distribuição desigual de terras no país tem sido historicamente marcada por uma concentração de propriedades nas mãos de uma minoria, enquanto uma grande parte da população rural possui áreas sem qualquer tipo de assistência ou crédito e, submetida a condições precárias de trabalho. Diante disso, a busca por uma reforma agrária ganha relevância ao se considerar os desafios socioeconômicos enfrentados pelas comunidades rurais e a necessidade de promover um desenvolvimento rural sustentável, inclusivo e justo.

Segundo Guanziroli, et al. (2018), a desigualdade na distribuição de terras no Brasil é um fator significativo que contribui para a perpetuação da pobreza e das condições precárias de vida no meio rural. E, independente do referencial teórico para se definir pobreza rural diferentes autores e influentes organismos internacionais apontam com os impactos no desenvolvimento das áreas tidas como rural, bem como para um desenvolvimento socioeconômico mais amplo (CEPAL, 2016, OXFAM, 2016, MELLO, 2018).

Em muitos assentamentos, a posse da terra representa a base para a construção de um ambiente instrucional mais estável e propício para a produção agrícola, impulsionando o desenvolvimento local e regional (STAEVIE, 2021). Além disso, a presença de uma parcela maior de pequenos agricultores permite maior diversificação na produção, contribuindo para a segurança alimentar e a geração de renda das famílias assentadas.

Todavia, é importante salientar que a dinâmica socioeconômica dos assentamentos de reforma agrária não é homogênea. Diversos fatores influenciam os resultados alcançados, incluindo o acesso a recursos como crédito agrícola, assistência técnica, infraestrutura e políticas públicas de apoio ao desenvolvimento rural até o próprio privilégio a regularização e não em uma reforma agrária mais amplo (ZENERATTI, 2021) podem gerar apresentar diferentes resultados.

Nesse sentido, o artigo se propõe a identificar a dinâmica específica de um Projeto de Assentamento (PA), o PA Pirangi no município de Morros - MA, tendo como foco verificar como os resultados da dinâmica socioeconômica podem permitir melhores condições para a potencialização de renda e produção nos assentamentos de reforma agrária. Considerando também a sua forma de inserção no território. Na construção do trabalho se utilizou de uma base empírica, que consiste no resultado de visitas de campo empreendidas pela equipe de pesquisa, informações obtidas junto ao Incra, além de um resgate da literatura existente.

Assim, além desta introdução, o artigo está dividido em quatro seções: seção 2: uma breve revisão de literatura sobre o tema; seção 3: apresentação do objeto, identificando a organização situacional do assentamento, isto é, como o assentamento está organizado produtivamente; seção 4: apresentação dos resultados e uma discussão sobre os aspectos econômicos e produtivos/locais a partir de um debate com os autores selecionados; por fim, seção 5: as considerações finais.

2. A DINÂMICA SOCIOPRODUTIVA NOS ASSENTAMENTOS FEDERAIS NO MARANHÃO

O processo de organização de política de reforma agrária apresenta sempre como um potencial de construção equilibrada do território na perspectiva de permitir não só a

democratização das terras, mas também oferta de alimentos saudáveis para o mercado. Torna-se, assim, um importante instrumento de ação do Estado que se apresenta como foco de desenvolvimento local e geração de emprego e renda (LEITE e MARA, 2018).

Corroborando com esse argumento, Moreira (2013) afirma que a reforma agrária no Brasil não se materializou como uma política pública prioritária para os governos brasileiros. Ela acontece devido à pressão social, com ações de reforma agrária em locais determinados pela ação dos movimentos sociais. Essa dinâmica apresenta-se em todo o território nacional, os estados federativos avançam na quantidade de áreas desapropriadas como consequência da mobilização social.

Neste contexto, é importante destacar que, a reforma agrária a nível de Brasil é constituída por 9.437 projetos de assentamento, os quais correspondem a 87,26 milhões de hectares de área reformada, distribuídos em de 2.102 municípios com 957.215 famílias assentadas (INCRA, 2022).

No caso do Maranhão, de acordo com o quadro 1, a área reformada ocupa 4.714.369 ha., com 1.032 projetos de assentamento, distribuídos em 162 municípios, com 130.547 famílias assentadas (INCRA, 2022).

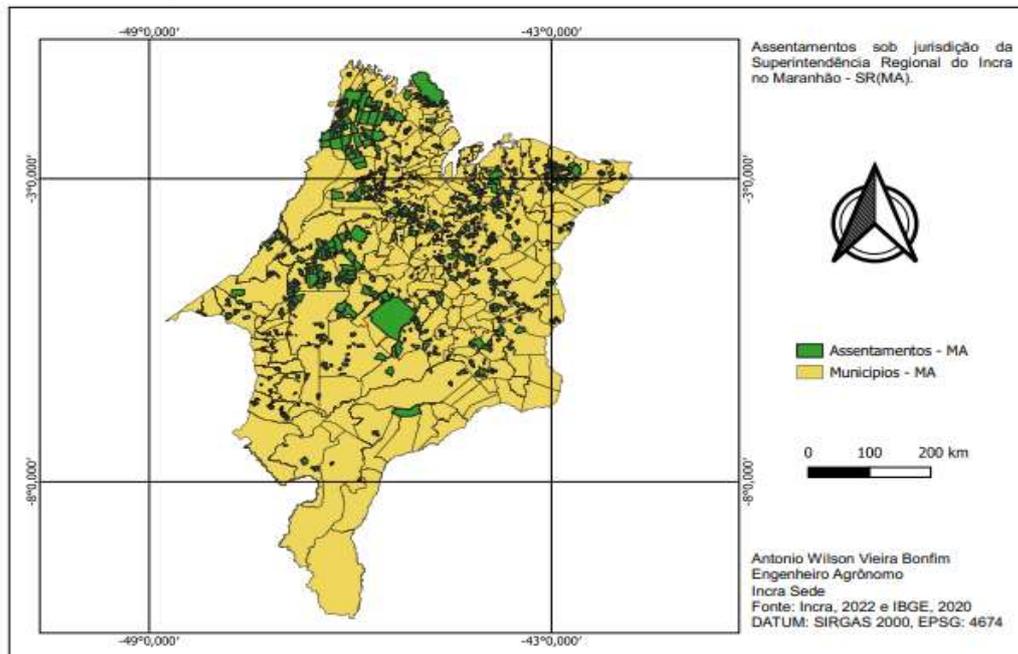
Quadro 1 - Famílias assentadas, número de assentamentos e área reformada no estado do Maranhão

Nº de famílias assentadas	130.547
Nº de assentamentos	1.032
Área de assentamentos (ha)	4.714.369

Fonte: SIPRA, 2022 - Elaboração própria.

Na figura 1, é possível observar a espacialização territorial dos assentamentos no estado do Maranhão.

Figura 1 - Localização dos assentamentos no estado do Maranhão.



Fonte: Incra, 2022.

Como pode ser observado na figura 1, os assentamentos estão distribuídos em todo território maranhense, tendo uma menor participação ao sul do estado, região com presença de grandes fazendas produtoras de commodities para exportação, em especial a soja (IBGE - CENSO AGROPECUÁRIO, 2017).

A implantação de áreas de assentamento inicialmente, ocorrem de forma não integradas com forças políticas do território fora da esfera federal, no entanto, a partir do desenvolvimento de políticas no interior dos assentamentos possam impactar na dinâmica do entorno, o que exigem investigações de como ocorrem gradativamente as interações com as esferas de poder local, advindas especialmente dos impactos de como as políticas públicas desenvolvidas nos assentamentos se materializam no entorno próximo (MATTOS JUNIOR e HESPANHOL, 2010).

No caso do Maranhão este fenômeno ocorreu de forma que as famílias assentadas já estavam historicamente integradas ao território de implementação do assentamento, processo este identificado por Mattos Junior e Hespanhol (2010).

Outro elemento de relevância a ser considerado é a questão produtiva em áreas de assentamento no estado do Maranhão, que de forma geral as atividades econômicas executadas ocorrem ainda baseadas em técnicas tradicionais como a “roça de toco”, isto é, as áreas são plantadas por 6 a 8 e depois é utilizado um tempo de “descaço” entre 15 a 18 anos, pois segundo os agricultores há a recuperação do solo. Esse sistema é encontrado na maior parte das áreas de assentamentos federais no Maranhão (RODRIGUES et al, 2018).

Este tipo de prática, apesar de ser considerada como agroecológica, apresenta baixa produtividade, considerando ainda que existem técnicas desenvolvidas de conservação do solo que permitem manter padrões sustentáveis de produção com aumento de produção e produtividade, além de o conceito de agroecologia ser bastante amplo (MEDINA, 2014; MORANDI FILHO, 2018).

A despeito do papel que os assentamentos podem representar em potencializar a dinâmica local e regional (Staevie, 2005), no caso do Maranhão, isto não tem ocorrido de forma profunda entre os assentamentos, haja visto que as atividades produtivas dos assentamentos ainda estão longe de se consolidar como elemento determinante de geração de renda que permita melhorar as condições de materiais de existência das famílias de assentados.

Nesse contexto, ao se observar a Tabela 1, pode-se observar que a produção de alimentos nos assentamentos de acordo com os dados obtidos a partir da pesquisa elaborada pelo Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional (SNSO)² ainda não se mostra suficiente para isto.

² O Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional (SNSO) foi elaborado a partir de Termo de Execução Descentralizada (TED) entre o Incra e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul, e é uma ferramenta de gestão das ações de supervisão ocupacional nas áreas de reforma agrária brasileiras, criada com o intuito de qualificar, padronizar e monitorar constantemente as atividades desenvolvidas nas regionais do Incra, atendendo à determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do acórdão nº 1976/2017, que trata de indícios de irregularidade na concessão de lotes. No caso do estado do Maranhão foram aplicados 10.141 laudos de vistorias em 112 projetos de Assentamentos.

Tabela 1- Principais Produtos identificados em pesquisa do sistema Nacional de Supervisão Ocupacional em Assentamentos de Reforma Agrária no Maranhão

Produtos	Quantidade (Kg)
Arroz de Sequeiro	1.496.820
Arroz de Várzea	72.440
Mandioca	7.021.569
Feijão	336.557
Babaçu - Extrativismo	52.110
Açaí – Extrativismo	7.152
Açaí Plantado	5.920

Fonte: SNSO-NCRA (2017).

Em Siminski e Fantini (2007) identificam a partir do estudo de outros autores, como o sistema de cultivo chamado de pousio, roça-de-toco ou coivara, representa uma tradição milenar, especialmente dos indígenas, sendo assimilada pelas populações remanescentes de processos de colonização.

Como forma de demonstrar que este não é um fenômeno recente (CARVALHO E SANTOS,2011) e a política de criação de assentamentos, tem apresentado uma série de equívocos, especialmente a partir do ano de 2017 e isto tem contribuído significativamente para a não implementação de uma verdadeira política de desenvolvimento social nestes espaços (LEITE, 2019; LEITE, TUBINO e SAUER, 2019; ZENERATTI, 2021; LEITE, BRASILEIRO E SAUER, 2021).

A partir do que foi identificado pelos autores, pode-se afirmar que as dificuldades por que passam as famílias assentadas a partir da segunda metade da década passada tem contribuído de forma significativa no aumento da precariedade dos assentamentos. Isto devido especialmente as dificuldades de acesso a crédito e assistência técnica e como exemplo pode ser citado que desde o ano de 2019 o Incra reduziu consideravelmente a liberação dos diversos tipos de fomento os quais os assentados têm direito.

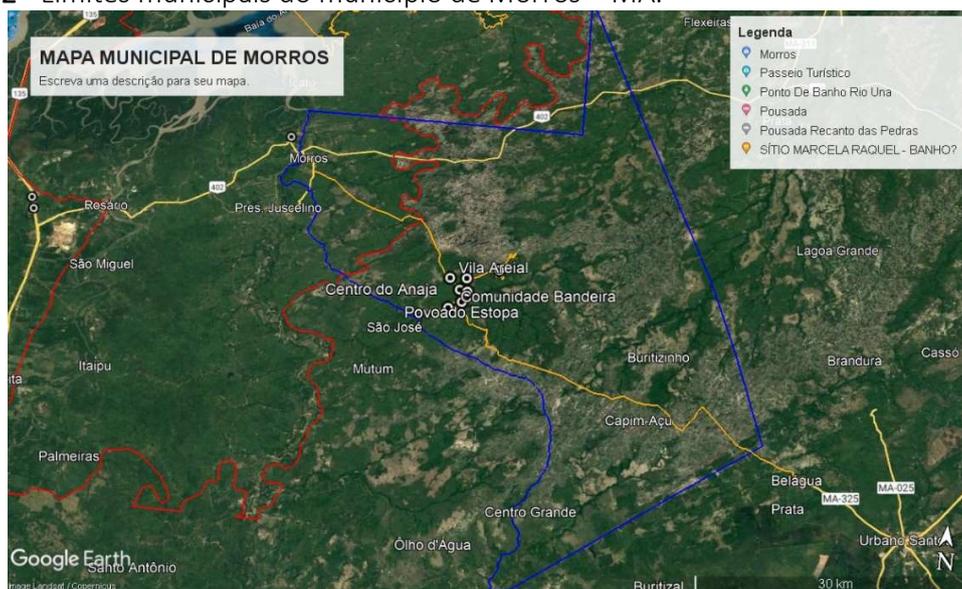
A partir do que foi descrito nos parágrafos anteriores, os pesquisadores ligados ao Termo de Execução Descentralizada (TED) entre a Universidade Federal do Maranhão e o INCRA realizaram diversas pesquisas de campo para identificar a dinâmica socioeconômica dos assentamentos para identificar as potencialidades agroindustriais e financiar, via INCRA,

projetos de agroindustrialização, diversificação e fortalecimento de cadeias produtivas. Assim, tomando como recorte empírico o PA Pirangi no município de Morros – MA para nossas discussões sobre desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos, conforme será mais bem descrito na seção seguinte.

3. MATERIAL E MÉTODOS

A cidade de Morros está situada a 80 Km da capital São Luís, possuía uma população total de 18.554 habitantes em 2010 (IBGE, 2022). Apresenta uma área total de 1.715 km. Do ponto de vista da sua composição geológica, é formada por terrenos acidentados e concrecionários na área urbana e periurbana, e áreas rurais com terrenos planos e solos arenosos (Figura 2).

Figura 2 - Limites municipais do município de Morros – MA.



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Quase que a totalidade das áreas municipais urbanas e periurbanas são dispostas no interior da APA UPAON-AÇU/MIRITIBA/ALTO PREGUIÇAS (limitada pela linha vermelha do mapa), que apresenta seus instrumentos de gestão legal específicos e sem planos de gestão ativos. Margeada pela BR 402, que conecta a região metropolitana de São Luís a região turística dos lençóis maranhenses, a cidade de Morros dispõe de uma grande e crescente

rede de balneários estabelecidos nas margens do rio Munim e seus afluentes, caracterizado pela sua balneabilidade e movimentação relacionada aos desníveis das corredeiras (Figura 2).

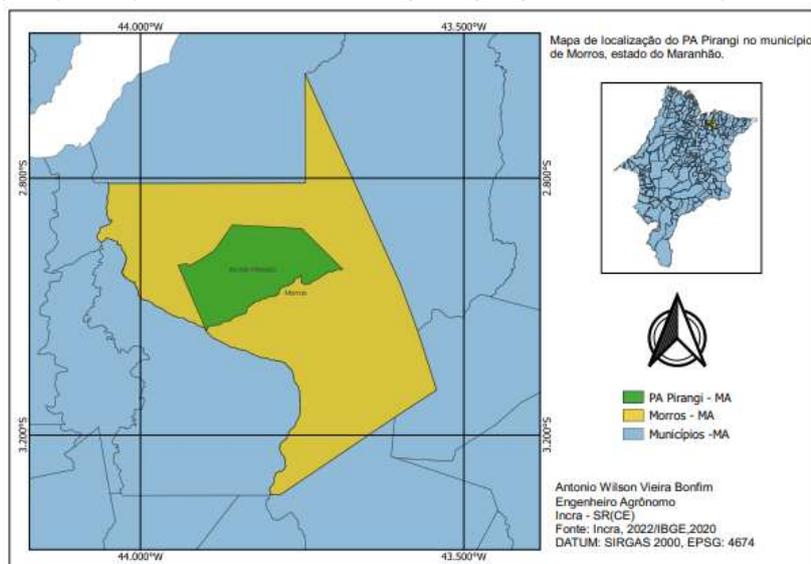
Figura 3 - Representação espacial da área urbana e periurbana de Morros – MA.



Fonte: Pesquisa de campo (2023)

Situado a 29 km da sede da cidade de Morros, o PA Rio Pirangi é conectado por uma rodovia estadual projetada (MA 110), através de estradas de chão batido e arenosas, acessível apenas à uma parcela das comunidades que constituem o assentamento (Figura 4).

Figura 4 - Disposição espacial do PA Rio Pirangi na geografia do município de Morros.



Fonte: Pesquisa de Campo (2023)

O PA Rio Pirangi é caracterizado por um conjunto de comunidades tradicionais com seus antepassados nascidos e criados nas áreas do assentamento, onde as famílias estabelecem modelos comunitários de instalação das unidades habitacionais nas margens das vias e roças no entorno das aglomerações, sem delimitações de áreas de propriedades familiares.

Considerando que o PA apresenta um total de 612 famílias assentadas (excluindo os desistentes e excluídos), sobre uma área total de 26.670 ha, a superfície média por família é de 43,5 ha. Entretanto, as áreas de formação arenosa e alagadiças, adicionadas as áreas de erosão eólica representam mais de 62% da área do assentamento, o que representa uma média de área cultivável de 16,5 hectares por família.

Com roças migratórias e baseadas no cultivo de corte e queima, estabelecidas sobre solos arenosos ou de pouca concentração de argila as parcelas cultivadas já não conseguem obter a reposição de biomassa para as queimadas e tendem a afetar a produtividade das culturas anuais.

Nessas condições, sem estradas adequadas e com restrições de transportes coletivos regulares, as famílias assentadas no PA Rio Pirangi desenvolvem sistemas de produção completamente distintos dos encontrados nas proximidades da cidade de Morros.

Na perspectiva de verificar a participação local dos agentes envolvidos no Arranjo Produtivo Local (APL) da Fruticultura e da Mandioca, foram feitas visitas junto aos agentes comerciais, industriais e produtores extrativistas da mandioca, visando qualificar e quantificar o envolvimento do município na economia da mandioca e da fruticultura.

De um modo geral, o município de Morros conta com uma gama de empreendimentos comerciais e de processamento estabelecidos nas feiras e nas linhas de trânsito principais da região, potencializada pelo arranjo produtivo local do turismo ligado aos balneários.

As atividades de coleta de dados, junto aos agricultores do PA Rio Pirangi, foram feitas em apenas uma parte do assentamento (que era possível o acesso de carro sem tração). As verificações de padrões de exploração produtiva foram feitas com a ajuda de imagens de

satélite, que permitiram afinar os índices e fatores de produtividade econômica das culturas da mandioca e da fruticultura.

Foram realizadas entrevistas com 20 (vinte) assentados em busca de coletar informações sobre a formatação do mercado local. As atividades ocorreram no período de Setembro de 2022 a Junho de 2023, onde foram coletados dados de 20 (vinte) produtores de mandioca e 20 (vinte) de fruticultura, conforme roteiro apresentado no Apêndice. Essas entrevistas tiveram um caráter semiestruturadas, isto é, com questões abertas e fechadas (ver Apêndice) e tiveram como objetivo verificar as dinâmicas externas ao assentamento que pudessem interferir diretamente na organização socioprodutiva do assentamento Pirangi.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No assentamento foram identificadas como principais culturas a produção de mandioca e fruticultura. Com relação à mandiocultura, em todas as comunidades visitadas, existem dois fenômenos que se complementam, queda considerável da produção e produtividade da mandiocultura, aliado à degradação das roças de mandioca, o que tende a comprometer, em um futuro próximo, a própria condição do solo para manter a produção. Isto pressupõe o desenvolvimento de políticas públicas que garantam a continuidade do processo produtivo e aumento da produtividade (LEITE e MARA, 2018).

Estes fenômenos têm se materializado numa condição de sobrevivência bastante precária das famílias em todo o PA Rio Pirangi. Condições precárias de saúde, pois o esforço físico realizado na produção de mandioca (roça de toco), junto ao esforço físico para a produção das farinhas em casas de forno não mecanizadas tem resultado em problemas recorrentes de desgaste físico dos produtores locais (LEITE e MARA, 2018).

Com relação aos ganhos financeiros com a atividade, esta tem resultado no máximo (com as melhores condições possíveis de comercialização) em uma média de ½ salário-mínimo mensal por família. As condições de comercialização também não são boas, pois esta ocorre de forma individual, dependendo das condições impostas pelos atravessadores.

A produção anual em média é de 2 linhas (2/3 do hectare) de mandioca por ano, resultando em média de 1.500 a 2.000 kg de farinha por ano por família. Considerando que metade desta produção é para o consumo familiar. O preço médio pago pelos atravessadores pelo saco de 30 kg (paneiro) é de R\$ 100,00. Esta dinâmica de desorganização produtiva é resultado principalmente da ausência de um processo fortalecido no aspecto associativista local, considerando que este quesito é de fundamental importância na interlocução com órgãos públicos e agentes privados (SENHORAS, 2003).

Existe uma feira em morros onde as comunidades vendem uma vez por semana: goma molhada e seca, tapioca, farinha branca e de puba, além de vendas para merenda escolar de derivados da mandioca que gera uma renda média de R\$ 1.200,00 anuais por família.

Já do ponto de vista do comércio em geral os estabelecimentos formais e informais de transformação de produtos do roçado e da fruticultura regional possibilitam a integração de um mercado local e regional de produtos e serviços que integram a economia dos arranjos produtivos da mandioca e da fruticultura dentro do município.

Uma vez que a produção de açaí regional se encontrava na entressafra no período das entrevistas, toda a produção em processamento na região está sendo abastecida por outras regiões produtores como, Pará, Santa Luzia do Paruá, entre outros municípios da região. Portanto, os açaizais não estão sendo fornecedores e objeto de colheita pelos agricultores e extrativistas da região.

A estimativa de início de safra é para o final de agosto, quando os frutos já poderão apresentar características organolépticas adequadas para o processamento. O vazio produtivo é devido a produção regional ser proveniente de áreas sem processos de irrigação. Já em relação a produção e processamento da mandioca, a farinha de mandioca amarela representa o principal produto ofertado na região, sendo comercializada em quilograma ou prato na feira municipal de Morros, ou em embalagens de plástico de 1 kg nos comércios locais.

De forma complementar, às margens das rodovias, nos lanches e empreendimentos de serviços de alimentação voltados para o turismo, a aquisição de polvilho úmido e seco produzidos pelos agricultores da região, são utilizados para a produção de “tapioquinha”, doces de espécies e outras variedades de alimentos.

Além das entrevistas informais com comerciantes, agentes municipais e agricultores, foi realizada a verificação dos dados estatísticos e censitários, em especial os dados da Censo Agropecuário (IBGE, 2017) referentes a produção municipal visando a análise da produção de derivados da mandioca e da fruticultura na economia municipal.

Os valores informados pelos agentes locais destacam uma variação forte de preços relacionadas à disposição dos agentes econômicos no espaço de organização do turismo e dos tipos de empreendimentos que oferecem produtos e serviços aos turistas.

Neste sentido, a produção municipal é caracterizada como insuficiente para a demanda local, que precisa adquirir matéria prima em outras regiões, tanto na fruticultura, como no arranjo produtivo da mandioca. Inexistem unidades processadoras de subprodutos da mandioca de maior valor agregado ou de transformação destinada a indústria e derivados.

Os registros fotográficos destacam a importância da fruticultura na economia municipal de Morros, seja do ponto de vista da disponibilidade de produtos para a indústria de transformação manufatureira, como no favorecimento do turismo e no comércio de produtos processados. A juçara, fruto típico da região, está presente em mais de 100 estabelecimentos existentes nas margens das rodovias que servem o turismo dos balneários e dos Lençóis Maranhenses.

Ainda com base nas visitas de campo, entrevistas com assentados e dados estatísticos, podemos apontar alguns importantes resultados, tais como: as condições para aumentar a produção, produtividade e renda das famílias a partir da produção da mandioca (farinha e demais derivados) só poderá ocorrer a partir de uma mecanização controlada, substituindo o papel desempenhado pela “roça de toco com corte e queima”, bem como a construção de casa de farinha mecanizadas.

A partir do que foi observado, algumas condições e medidas relevantes merecem destaque como necessárias ao aumento de produção e produtividade locais, como segue:

1ª) Produção semi-intensiva de roçado com base em micro-motomecanização e adensamento:

A estratégia seria de atuar na implantação de roças permanentes de mandioca, com a formação de liteira de trituração ou de cobertura morta, iniciando com cultivos com agroquímicos e substituindo por insumos orgânicos e de cultivos de espécies produtoras de massa foliar e captadoras de nitrogênio (leguminosas). O uso de equipamentos de formação de leiras, capinas, roçadeiras, plantadeiras e transporte de carga possibilitaria a redução do desgaste e do tempo de trabalho, seguido de um aumento de produtividade na produção da mandioca.

2ª) Melhoria nas condições de processamento e comercialização dos subprodutos da mandioca:

A estratégia é de melhorar as condições de processamento, embalagem, armazenamento e higiene da produção dos subprodutos da mandioca e do roçado (polvilho, goma molhada, biscoito de polvilho, hortícolas, frutíferas processadas etc.), seguindo da melhoria do processo de comercialização, baseado em estudos de mercados de frentes consumidoras e na logística de comercialização.

A associação de mulheres (identificada na vista de campo) que atua no assentamento abrange todas as comunidades envolvidas e já apresenta experiências iniciais de comercialização coletiva, poderia desenvolver projetos de agroindustrialização, captando recursos via projeto de fomento promovidos por diversas ongs ou pelo próprio governo.

No caso da fruticultura, foram identificadas a ocorrência de mangaba e o murici, especialmente a primeira, como resultado de atividades extrativistas, que apesar da insistência de agentes que trabalham na comunidade em sua viabilidade, esta não foi identificada por conta da grande sazonalidade do produto.

No entanto, uma pequena processadora de frutas poderia ser viabilizada a partir da construção de pequenas unidades comunitárias de processamento, embalagem e

estocagem, além de processadores de polpas e doces visando a introdução em mercados diferenciados e institucionais.

3ª. Implantação de unidades de beneficiamento e armazenamento de processados de mangaba e buriti.

Da mesma forma, a estratégia seria de instalar, nas comunidades mais próximas das áreas de extrativismo, que possam acomodar estoques mínimos que garantam a comercialização para o PNAE e mercados locais, por exemplo, especialmente no município de Morros.

Aqui buscamos apontar além da própria dinâmica socioproductiva do assentamento, demonstrando as dificuldades por qual passam a comunidade e a produção dentro do assentamento e as vantagens do mercado local. Apresentamos também as possibilidades de elevação da produção e renda dos assentados, com vistas em outras experiências bem-sucedidas em outros assentamentos.

Percebemos que a despeito do atual cenário de baixa produtividade e dinamismo dentro do assentamento, este se apresenta com grande potencial de elevação dos principais indicadores de produção e renda dos atores envolvidos na dinâmica socioeconômica do assentamento PA Pirangi.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representatividade territorial dos assentamentos federais se apresenta de forma expressiva, no entanto, ainda carece o avanço de políticas públicas no sentido de potencializar o desenvolvimento econômico social nestes espaços de organização produtiva.

Assim, alguns desafios estão postos não só para a realidade estudada, o PA Pirangi, mas de forma geral para todos os assentamentos de reforma agrária no estado, onde se precisa avançar:

Neste sentido é importante que o Incra e os demais atores envolvidos direta e indiretamente com a Reforma Agrária, busquem:

Implemente de forma mais eficiente e eficaz a política de regularização fundiária nos assentamentos, pois, essa situação, além de contribuir para a fragilidade social e econômica das famílias, pode se tornar um vetor direto para a ação de desmatamento nas áreas reformadas (BONFIM, 2019).

A diversificação dos sistemas de produção e da comercialização nos assentamentos, e para isso é preciso que sejam implementadas e fortalecidas políticas públicas, como a assistência técnica, o crédito, o fomento a agroindustrialização e comercialização para que as famílias assentadas tenham alternativas econômicas no processo de construção do desenvolvimento dos assentamentos (BONFIM, 2019).

Além disso, podemos destacar o foco:

- No aumento e na qualificação da produção;
- Aumento de produtividade;
- Inserção de processos de mecanização controlada, obedecendo as peculiaridades do solo, bem como respeitando os princípios da agricultura sustentável;
- Intensificar o processo da formação de capital humano através de assistência técnica e extensão rural;
- Estimular o processo de organização cooperativa.

Todos estes elementos conjuntos apresentam a perspectiva maior que é a inserção nos mercados convencional e institucional, potencializando assim a renda local, num processo não só de inclusão social, mas também produtiva.

REFERÊNCIAS

- BONFIM, A. W. V. **Assentamentos do Norte do Mato Grosso**: a diversidade produtiva, os canais de comercialização e o atendimento ao código florestal. 2019. Dissertação (Mestrado em Agricultura Orgânica) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.
- CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Observatório demográfico**. Santiago: CEPAL, 2016.

GUANZIROLI, C. E. *et al.* **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Agropecuário 2017. Disponível em:

< https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>.

Acesso em: 16 out. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2022**.

Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/morros.html>>. Acesso em 18 de out. 2023.

LEITE, A. Z. A paralisação da criação de assentamentos de reforma agrária e da homologação de famílias. **Boletim Dataluta**, n. 136, 2019.

LEITE, A. Z.; FREDDI, S. M. Desafios para a política de implementação de assentamentos e caminhos trilhados pelo serviço de ATES. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, MA, v. 22, número especial, p. 1115-1134, 2018.

LEITE, A. Z.; TUBINO, N.; SAUER, S. Políticas públicas para terra e território: um olhar prospectivo sobre os próximos quatro anos no campo brasileiro. *In*: AZEVEDO, J. S. G.; POCHMANN, M. **Brasil: incertezas e submissão?** São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2019.

LEITE, A. Z.; SAUER, S.; BRASILEIRO, B. P. Propulsores de Desenvolvimento Socioeconômico em assentamentos de Reforma Agraria no Brasil. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, v. 24, n. 60, p. 48-72, set.-dez. 2021.

MATTOS JUNIOR, J. S.; HESPANHOL, A. N. **Assentamentos rurais: construção e reconstrução de territórios no maranhão**. [S.l.:s.n.], 2010. Disponível em:

https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/sessao_6A/06A-08.pdf. Acesso em: 29 nov. 2022.

MEDINA, J. C. B. **Agroecologia e MST no maranhão: projeto de assentamento de reforma agraria** Cristina Alves – dificuldades e perspectivas. 2014. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, 2014.

MELLO, J. **Estratégias de superação da pobreza no Brasil e impactos no meio rural**. Rio de

Janeiro: IPEA, 2018.

MORANDI FILHO, W. J. **Apostila Básica de Agroecologia “Noções Gerais”**. Camboriú, Santa Catarina: Instituto Federal Catarinense - Campus Camboriú, 2018.

MOREIRA, E. M. O assentamento Ireno Alves dos Santos em rio bonito do Iguaçú-PR: desenvolvimento socioeconômico e os impactos da política de assentamentos para a reforma agrária. **Emancipação**, v. 13, N. 3, P. 145-158. 2013.

OXFAM (Brasil). Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural. **Informe da Oxfam Brasil**, nov. 2016, Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/terras-e-desigualdade/#:~:text=As%20desigualdades%20no%20acesso%20%C3%A0,se%20encontram%20milh%C3%B5es%20de%20brasileiros>. Acesso em: 18 jun. 2023.

RODRIGUES, L. C. *et al.* Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento. **RAF**, v. 12, n. 2, p. 75-96, jul.-dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/5710>. Acesso em: 18 jun. 023.

SANTOS, I. J. P.r; CARVALHO, B. M. T. S. P. Segurança alimentar em assentamentos de Reforma Agraria no Maranhão. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luís, MA. **Anais [...]**. São Luís, MA, 2011. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/QUESTAO_AGRICOLA_E_AGRARIA_SEGURANCA_E_POLITICAS/SEGURANCA_ALIMENTAR_EM_ASSENTAMENTOS_DE_REFORMA_AGRARIA_DO_MARANHAO.pdf. Acesso em: 16 fev. 2023.

SENHORAS, E. M. A reforma agrária, a luta pela terra e os assentamentos rurais: uma questão pública histórico-estrutural em análise. **Formação Econômica**, Campinas, n. 10, p. 85-99, jun./dez. 2003. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/912/4.pdf>. Acesso em: 22 jun . 2023.

SIMINSKII, A.; FANTINI, A. C. Roça-de-toco: uso de recursos florestais e dinâmica da paisagem rural no litoral de Santa Catarina. **691 Ciência Rural**, v. 37, n. 3, maio-jun. 2007.

SNSO-IN CRA - Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional (Plenário). **Acórdão nº 1976/2017**. Relator: Min. Augusto Sherman, 6 de setembro de 2017. Disponível em:

<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

STAEVIE, P. M. Reforma Agrária e os Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais no Desenvolvimento Socioeconômico o Caso Brasileiro. **Textos e Debates**, [S. l.], v. 2, n. 9, p. 225-255, 2012. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/textosedebates/article/view/1011/824>. Acesso em: 22 jun. 2023.

ZENERATTI, F. L. O acesso à terra no Brasil: reforma agrária e regularização fundiária. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 564-575, set./dez. 2021.

APÊNDICE

Questionário Agricultor Mandioca

1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

OBSERVAÇÕES:

Nome do Assentamento:	Endereço:	Nº de Filhos:
Nome entrevistado:	Estado Civil:	Nascimento:
CPF ou RG:	Cidade:	Estado:(
Data da Pesquisa:	Fone:	
Escolaridade: Educ. Infantil. _____ 1º ao 5º ano _____ 6º ao 9º ano _____ Ens. Médio _____ Ensino superior _____		

2. CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE OU DO ASSENTAMENTO

Área Total do PA(Hectares)	Área da roça (Hectares)	Produtividade	Produção Total no ano	Valor gasto (uma tonelada de mandioca)
Mão-de-obra utilizada: () Familiar () Diarista () Mensalista				

<p>Uso de insumos e práticas agrícolas: () SIM () NÃO SE SIM, QUAIS: _____ _____ _____</p>
<p>O cultivo da mandioca é solteiro ou consorciado? Se consorciado, com quais culturas/produtos?</p>
<p>Destino da produção</p>
<ul style="list-style-type: none">• Você Vende a raiz de mandioca ou macaxeira? Sim () Não () Qual percentual do produto é destinado à venda? Qual o lugar que o produto é comercializado? Qual valor médio do quilograma ou tonelada? No próprio município ou em municípios vizinhos? Qual o principal comprador de mandioca? Quem da família que faz a venda? • Vocês fazem Farinha? Sim () Não () Que tipo de farinha que vocês produzem pra venda? Qual percentual do produto é destinado à venda? Qual o lugar que o produto é comercializado? Qual valor médio do quilograma ou saco de farinha? Qual o(s) comprador(s) de farinha para quem você vende? Quem da família que faz a venda? • Vocês produzem a Goma para a venda? Sim () Não () Vendem ela seca ou molhada? Qual percentual do produto é destinado à venda? Qual o lugar que o produto é comercializado? Qual valor médio do quilograma ? Qual o(s) comprador(s) de farinha para quem você vende?

Quem da família que faz a venda?
Você sabe pra o que o comprador faz com o produto e onde ele negocia ?

Comercializa algum produto via PAA ou PNAE? Se não, por que?

Questões subjetivas

Você concordaria em vender sua produção (raiz, farinha ou polvilho) em conjunto com outros associados? () Sim () Não. Por que?

Em sua opinião, se fosse implementado um projeto agroindustrial ou de comercialização, melhoraria muito a situação de Vocês ? () Sim () Não. Por quê?

Em sua opinião, que ações devem ser desenvolvidas para melhorar a vida das pessoas desta comunidade?

QUESTIONÁRIO – FRUTICULTURA

1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

Nome do Assentamento:	Endereço:	Filhos:
Nome entrevistado:	Estado Civil:	Nascimento:
CPF ou RG:	Cidade:	Estado:
Data da Pesquisa:	Fone:	
Escolaridade: Educ. Infantil. _____ 1º ao 5º ano _____ 6º ao 9º ano _____ Ens. Médio _____ Ensino superior _____		

OBSERVAÇÕES:

2. CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE OU DO ASSENTAMENTO

Área Total (Hectares)	Área Cultivada (Hectares)	Produtividade (Kg/Hectare)	Produção Total	Valor gasto na produção
Mão-de-obra utilizada: () Familiar () Diarista () Mensalista				
Uso de insumos e práticas agrícolas: () SIM () NÃO				
SE SIM, QUAIS: _____				

Destino da produção				
<ul style="list-style-type: none"> ○ Quais frutas são produzidas no PA? ○ Quantos pés de cada fruta? ○ Qual a quantidade produzida de cada tipo de fruta por ano e por safra. ○ Qual a período da colheita das frutas produzidas? ○ Quais os custos envolvidos na produção? ○ Existe alguma agroindústria de beneficiamento dessas frutas? 				

- Vende a fruta in natura ou sua polpa? Qual a quantidade vendida?

- Onde o produto final é comercializado? No próprio município ou em municípios vizinhos?

- Qual o valor da tonelada ou quilograma de arroz comercializado?

- Comercializa o produto via PAA ou PNAE? Se não, por que?

Questões subjetivas

Você concordaria em vender sua produção em conjunto com outros associados? () Sim () Não. Por que?

Em sua opinião, se fosse implementado um projeto agroindustrial, melhoraria muito a situação dos produtores? () Sim () Não. Por quê?

Em sua opinião, que ações devem ser desenvolvidas para melhorar a vida das pessoas desta comunidade?
